Processo nº 664/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por sentença proferida nos Autos de Processo Sumário nº CR-3-7-0168, decidiu-se condenar A, como autor da prática de um crime de “detenção de estupefaciente para consumo”, p. e p. pelo art. 23º, al. a) do D.L. nº 5/91/M, fixando-lhe o Mmº Juiz a pena de 2 meses de prisão; (cfr., fls. 33 a 35-v).

*

Inconformado, o arguido recorreu.

Na sua motivação de recurso considera que o Tribunal “a quo” incorreu um erro na aplicação do direito, tendo violado, (por desaplicação), o art. 66º, nº 2 , al. c) do C.P.M., assim como o art. 48º do mesmo código; (cfr., fls. 45 a 54).

*

Em Resposta, pugna o Exmº Representante do Ministério Público no sentido da confirmação da decisão recorrida;; (cfr., fls. 57 a 61).

*

Neste T.S.I., e em sede de vista, considera o Ilustre Procurador-Adjunto que se deve considerar o recurso manifestamente improcedente, opinando assim pela sua rejeição; (cfr., fls. 94 a 96).

*

Cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Vem dados como provados os factos seguintes:

“Em 6 de Setembro de 2007, às 00h15 de madrugada, ao proceder ao trabalho de fiscalização aos veículos num sítio perto do Hotel Master situado na Rua das Lorchas, os guardas interceptaram um carro privado de matrícula ME-XX-XX, cujo condutor era o arguido A. Na altura, os guardas descobriram que o arguido estava com ar nervoso e perturbado, e encontraram, ao lado do lugar do condutor, um pacote de pó branco embrulhado com nota de 10 patacas, o que era suspeitado de ser “ketaminas”.

Após o exame feito pelo laboratório da PJ, verificou-se que o mesmo pó de cor branca era exactamente ketamina, substância abrangida pela tabela II-C do DL 5/91/M, que tem o peso de 0.063g.

O arguido A declarou que o mesmo era comprado pelas 10h00 da noite do dia 5 de Setembro, no Interior da China, com o preço de RMB ¥ 100, para consumo próprio. A parte que não ficou consumida foi embrulhada por ele na referida nota, com a intenção de o levar para

Macau, para o consumo próprio.

O arguido agiu livre, consciente e voluntariamente.

O arguido sabia perfeitamente que tais condutas eram proibidas e punidas por lei.

Por outro lado, o arguido declarou a sua situação pessoal como o seguinte:

O arguido A, agente de fomento predial, com o rendimento de cerca de MOP \$100.000 mensais.

Tem a sua mulher e uma filha a seu cargo.

Tem o 3.º ano do ensino primário como a sua habilitação literária.

O arguido reconhecer em audiência parte dos factos.

Segundo o CRC, o arguido não é delinquente primário.

O arguido chegou a ser condenado, em 7 de Julho de 2000, pela prática em concurso de um crime de coacção e outro de resistência, no âmbito de processo n.º CRI-00-0024-PCC (n.º anterior: PCC-004-00-3), na pena de prisão de 9 meses e 10 dias, suspensa a sua execução durante 3 anos;

Condenado, em 15 de Fevereiro de 2001, pela prática em concurso de um crime de consumo de estupefacientes e outro de detenção indevida de cachimbos e outra utensilagem no âmbito de processo n.º

CR3-00-0004 -PCS (n.º anterior: PCS-108-00-2), na pena de prisão de 3 meses, suspensa a sua execução durante 2 anos;

E condenado, em 19 de Julho de 2005, pela prática em concurso de um crime de furto, burla e de dano no âmbito de processo n.º CR2-04-0088- PCC, na pena de prisão de 9 meses, suspensa a sua execução durante 2 anos”; (cfr., fls. 34 a 34-v e 87 a 88).

Do direito

3. Insurge-se o recorrente contra a decisão objecto do seu recuso, colocando apenas duas questões.

A primeira, por entender que se lhe devia atenuar especialmente a pena, e, a segunda, por considerar que se lhe devia também suspender a execução da mesma pena.

Como já se deixou consignado no despacho exarado em sede de exame preliminar, cremos que é o presente recurso manifestamente improcedente, sendo pois de rejeitar.

Vejam os.

— Quanto à pretendida “atenuação especial”.

O instituto da atenuação especial vem previsto no art. 66º C.P.M., e, como sabido é constitui pressuposto material da sua aplicação a acentuada diminuição da culpa, da ilicitude ou das exigências de prevenção, (“necessidade da pena”).

E como repetidamente temos afirmado, tal só acontece “quando a imagem global de facto, resultante da actuação da(s) circunstância(s) atenuante(s), se apresente com uma gravidade tão diminuída que possa razoavelmente supor-se que o legislador não pensou em hipóteses tais quando estatuiu os limites normais da moldura cabida ao tipo de facto respectivo”; (cfr. Figueiredo Dia, in “Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime”, 306).

Não sendo o caso dos presentes autos, nenhuma censura merece a decisão recorrida por não ter atenuado especialmente a pena ao ora recorrente.

— Quanto à pretendida “suspensão da execução da pena”, é igualmente mal fundada.

A pretensão em questão, atento o "quantum" da pena, deve ser apreciada à luz do art. 44º do citado C. Penal.

E, no âmbito dos fins das penas, há que ter em conta, com particular acuidade, razões de prevenção especial.

“In casu”, há que ter em conta os antecedentes criminais do ora recorrente, onde se verificam 3 condenações em penas de prisão suspensas na sua execução, sendo assim inevitável a conclusão que se impõe agora a pena de prisão (efectiva) a fim de se prevenir o cometimento de outros crimes por parte do mesmo recorrente.

Daí, e adequada não sendo também a peticionada suspensão, imperativo é considerar-se que é o presente recurso “manifestamente improcedente”, sendo assim de se decidir pela sua rejeição; (cfr., art. 409º, nº 2, al. a) e 410º, nº 1 do C.P.P.M.).

Decisão

4. Nos termos que se deixam expostos, em conferência, acordam rejeitar o recurso.

Pagará o recorrente a taxa de justiça de 5 UCs, e, pela rejeição, o equivalente a 4 UCs.

Honorários ao Ilustre Defensor no montante de MOP\$700.00.

Macau, aos 15 de Maio de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong